

• Integras

A Economia - Brasil

Inflação e dívida externa, duas obsessões

Conferência do ministro da Fazenda, Ernane Galvão, no European Management Forum, no dia 3 de fevereiro, em Davos (Suíça).

1 A ECONOMIA BRASILEIRA ANTES DE 1974. O Brasil tem uma longa tradição de altas taxas de crescimento econômico. Ainda, as grandes transformações por que tem passado a economia brasileira iniciaram-se nos últimos trinta anos e estão intimamente associadas ao rápido processo de industrialização posto em prática depois da Segunda Guerra Mundial.

QUADRO I BRASIL — PRODUTO INTERNO BRUTO E POPULAÇÃO					
Ano	VALOR TOTAL		POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1.000 HAB.	VALOR PER CAPITA	
	US\$ Milhões	Índice do Produto Real		US\$ Milhões	Índice do Produto Real
	Preços Correntes	Base 1970		Preços Correntes	Base 1970
1970	46.048	100,0	93.139,0	494	100,0
1971	53.211	112,0	95.457,4	557	109,3
1972	62.462	124,5	97.833,4	638	118,5
1973	83.565	141,9	100.268,5	833	131,8
1974	109.818	155,4	102.764,3	1.059	140,8
1975	130.238	164,1	105.322,2	1.237	145,1
1976	158.393	180,0	107.943,8	1.467	155,3
1977	179.478	189,8	110.630,6	1.622	159,3
1978	207.673	198,9	113.384,3	1.832	163,4
1979	233.677	212,2	116.205,5	2.011	170,1
1980	249.767	228,9	119.099,0	2.097	179,0

FONTE: Centro de Contas Nacionais — DCS/lbre/FGV e Fundação IBGE

De igual modo, o setor externo da economia brasileira evoluiu rapidamente, no período considerado. Entre 1968 e 1973, as exportações passaram de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 6,2 bilhões, mais que triplicando. Esses

QUADRO II BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA					
ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES		SALDO	
		Com Petróleo	Sem Petróleo	Com Petróleo	Sem Petróleo
1970	2.738,9	2.225,6	232,0	2.506,9	513,3
1971	2.903,9	2.870,4	343,5	3.247,4	33,5
1972	3.991,2	3.762,9	241,1	4.232,3	278,3
1973	6.198,2	5.422,8	775,4	6.192,2	776,4
1974	7.951,0	9.746,5	4.690,3	12.641,3	1.795,5
1975	8.669,9	9.136,8	3.540,4	12.210,3	466,9
1976	10.128,3	8.556,1	2.254,7	12.383,0	1.572,2
1977	12.120,2	7.954,6	96,8	12.023,4	4.165,6
1978	12.658,9	9.198,0	1.024,2	13.683,1	3.460,9
1979	15.244,4	11.263,5	2.716,9	17.961,3	3.980,9
1980	20.132,4	12.745,0	2.822,9	22.955,0	7.387,4
1981	23.293,0	11.482,0	1.207,0	22.085,0	11.811,0

FONTE: CACEX E CIEF

Quando a inflação, foi possível reduzi-la ao patamar de 15% em 1972 e 1973, depois de seus índices terem atingido quase 100% em 1964, evidenciando que a economia brasileira tem condições de alcançar elevados níveis de crescimento ao lado de austeros programas de estabilização monetária.

QUADRO III — ÍNDICE GERAL DE PREÇOS — Disponibilidade Interna		
Ano	IGP — DI	
1970	100	
1971	119,8	
1972	15,5	
1973	15,7	
1974	34,5	
1975	29,4	
1976	46,3	
1977	38,8	
1978	40,8	
1979	77,2	
1980	110,2	
1981	95,2	

FONTE: FGV

2. OS CHOQUES DO PETRÓLEO EM 1973 E 1979/80

A elevação dos preços do petróleo em mais de 300%, entre 1973 e 1974, e em mais de 200% em 1979 e 1980, representou violento choque na economia mundial, com força suficiente para interromper, de modo brusco, o longo ciclo de prosperidade iniciado em 1950, lançando a economia dos grandes países industrializados numa profunda recessão, que já dura 8 anos, ao lado de persistentes focos inflacionários.

Além disso, os efeitos da crise já se fazem sentir, também, sob a forma de grandes elevações dos custos industriais e dos transportes, na necessidade de rápidas inovações tecnológicas e nas mudanças dos hábitos de consumo, exigindo profundas transformações no perfil industrial das nações, sejam elas desenvolvidas ou em desenvolvimento.

Para superar esses problemas, o Brasil adotou uma estratégia capaz de manter certo dinamismo na economia, através da fixação de um elenco de prioridades que permitisse sua reestruturação em certos setores básicos, com vistas à sua adaptação ao novo quadro mundial.

Nesse sentido, tratou-se de orientar enorme soma de recursos internos e externos para a execução de programas prioritários na área de insumos básicos, bens de capital e energia, a fim de reduzir a dependência do País à importação de energia, bem como ampliar as exportações e iniciar nova etapa de substituição de importações, mediante maior utilização de matérias-primas e recursos naturais disponíveis internamente.

Afora a execução desses programas, providências foram tomadas para restringir as compras externas de produtos menos essenciais e para melhor controlar as importações do setor público, notadamente das empresas estatais. Promoveu-se eleva-

Serão publicadas periodicamente, nesta página, integrais de discursos, conferências, palestras e depoimentos, selecionadas a critério do Comitê Editorial deste jornal e em função do espaço disponível.

A mudança imprimida, sobretudo a partir de 1950, deveu-se ao fato de que a economia brasileira não poderia manter o seu dinamismo com tal nível de dependência, principalmente no setor externo.

Em decorrência de uma agressiva política de industrialização, via substituição de importações, a estrutura industrial do País passou, nos últimos anos, por profundas transformações, com a implantação da indústria automobilística e da indústria naval, bem assim com a rápida ampliação e diversificação das indústrias de metalurgia e de mecânica pesada.

Esse programa de industrialização foi acompanhado da modernização do sistema financeiro e da reformulação do sistema tributário nacional, além de outras reformas institucionais, que criaram as condições para o rápido crescimento verificado nas décadas de 60 e 70 (7,5% ao ano). Foi no período 1968 a 1973, contudo, que essas taxas atingiram níveis inusitadamente altos (11,2% ao ano).

resultados foram altamente satisfatórios, se levarmos em conta que, entre 1947 e 1968, as nossas vendas mantiveram-se praticamente estagnadas ao nível anual de US\$ 1,4 bilhão.

ção substancial do imposto de importação e adotou-se restrição não tarifária, de cunho temporário, representada pelo depósito prévio nas importações de determinados bens.

Esse conjunto de medidas produziu alguns resultados satisfatórios, ao final de 1978:

- a) o déficit na balança comercial de bens de capital, que atingira o pico de US\$ 3 bilhões em 1975, declinou para US\$ 1,6 bilhão em 1978. Na área de insumos básicos, esse déficit caiu de 3,6 bilhões em 1974 para US\$ 1,9 bilhão em 1978;
- b) as exportações cresceram, entre 1974 e 1978, à taxa de 15,6% ao ano, alcançando US\$ 12,7 bilhões neste último ano;
- c) as exportações de produtos industrializados experimentaram crescimento ainda maior (28,0% ao ano) e, em 1978, passaram a representar mais da metade das exportações totais (51,4%), contra uma participação de apenas 14,3% em 1964;
- d) apesar de as importações de petróleo terem crescido de US\$ 2,9 bilhões em 1974 para US\$ 4,5 bilhões em 1978, o esforço conjugado das políticas de substituição de importações e de incremento das exportações permitiu rápida involução do déficit na balança comercial, que dos US\$ 4,7 bilhões de 1974 passou para US\$ 3,5 bilhões em 1975, US\$ 2,3 bilhões em 1976 e para um superávit de US\$ 97 milhões em 1977. Em 1978, registrou-se novo déficit de US\$ 1 bilhão, correspondente a cerca de 8% das exportações, que poderia ser considerado normal segundo os níveis observados até 1973;
- e) a inflação apresentou a média de 38% no período, variando de 34,5% em 1974 a 40,8% em 1978;
- f) o crescimento do PNB situou-se ao redor dos 7,0% ao ano, de 1974 a 1978.

Novos e substanciais incrementos de preços do petróleo ocorreram em 1979 e 1980, fazendo com que nossas importações daquela matéria-prima passassem de US\$ 4,5 bilhões em 1978 para US\$ 10,2 bilhões em 1980, o que aumentou sensivelmente os problemas do balanço de pagamentos do País.

Além disso, a situação foi ainda mais agravada pela progressiva elevação das taxas de juros no mercado internacional nos últimos anos.

Dessa forma, o peso dos juros avolumou-se no balanço de pagamentos. Em 1972 e 1973, o Brasil pagou, em média, US\$ 437 milhões por ano de juros sobre a dívida externa.

Essa despesa anual subiu para US\$

QUADRO IV PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS GRANDES GRUPOS NAS EXPORTAÇÕES						
Ano	Produtos Industrializados			Operações Especiais (1)	Total Geral	
	Produtos Básicos	Semi-manufaturados	Manufaturados			
1964	85,4	8,0	6,3	14,3	0,3	100,0
1965	81,5	9,7	8,1	17,8	0,7	100,0
1966	83,0	8,1	8,7	16,8	0,2	100,0
1967	78,8	8,9	11,8	20,7	0,5	100,0
1968	79,3	9,4	10,8	20,2	0,5	100,0
1969	77,7	9,1	12,3	21,4	0,9	100,0
1970	74,8	9,1	15,2	24,3	0,9	100,0
1971	68,5	8,3	20,0	28,3	3,2	100,0
1972	68,3	7,8	22,8	30,6	1,1	100,0
1973	66,1	11,5	28,6	31,3	2,6	100,0
1974	57,6	9,8	28,5	40,0	2,4	100,0
1975	58,0	9,8	29,8	39,6	2,4	100,0
1976	60,5	8,3	27,4	35,7	3,8	100,0
1977	57,4	8,6	31,7	40,3	2,3	100,0
1978	47,2	11,2	40,2	51,4	1,4	100,0
1979	42,7	12,4	43,8	56,2	1,1	100,0
1980	42,1	11,6	44,9	56,5	1,4	100,0
1981(2)	31,1	9,0	50,9	59,9	1,0	100,0

FONTE: Cacex.
(1) — Consumo de Bordo, Reexportação e Transações Especiais.
(2) — Até novembro.

QUADRO VI BENS DE CAPITAL E INSUMOS BÁSICOS						
Ano	BENS DE CAPITAL			INSUMOS BÁSICOS		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1971	130	1.323	-1.193	117	1.535	-1.418
1972	205	1.854	-1.649	171	1.895	-1.724
1973	303	2.142	-1.839	208	1.669	-1.461
1974	646	3.119	-2.473	342	3.941	-3.599
1975	893	3.934	-3.041	279	3.375	-3.096
1976	954	3.619	-2.665	275	2.673	-2.398
1977	1.382	3.101	-1.719	350	2.732	-2.382
1978	1.912	3.522	-1.610	878	2.738	-1.860
1979	2.420	3.732	-1.312	376	3.498	-2.117
1980	3.360	4.392	-1.032	1.702	4.311	-2.609
1981(1)	4.076	3.799	277	1.747	3.357	-1.610

FONTE: CACEX E CIEF.
(1) — Preliminares.

6,3 bilhões em 1980 (em 1981 deverão atingir US\$ 8,7 bilhões).

3. A POLÍTICA ECONÔMICA ATUAL

Para enfrentar essa nova situação, atribuiu-se alta prioridade à agricultura, à mineração, às exportações e ao setor energético, dentro de uma estratégia econômica consistente com a realidade brasileira e as restrições impostas pela crise energética.

3.1. — AGRICULTURA

A prioridade concedida à agricultura brasileira deve-se ao seu imenso potencial de recursos e à importante contribuição que poderá trazer às políticas de controle da inflação e de incremento das exportações, bem como à geração de energia a partir da biomassa.

Nas áreas tradicionais, com exceção, talvez da soja e do café, será possível aumentar sensivelmente a produção, pela elevação dos atuais índices de produtividade, que são ainda relativamente baixos, mesmo quando comparados com outros países em via de desenvolvimento.

No que concerne à ampliação da fronteira, são também imensas as potencialidades da Amazônia e do Centro-Oeste, especialmente nesta última região, que já é servida de razoável infra-estrutura de apoio — estradas, comunicações, créditos, assistência técnica e abastecimento de insumos — e possui excelente localização, relativamente aos grandes centros consumidores do País.

3.2. — MINERAÇÃO

As diretrizes governamentais relativamente ao setor estão orientadas no sentido de mobilizar, ao máximo, as potencialidades existentes nas regiões Norte e Centro-Oeste do País, assim como melhorar nossa posição no que respeita ao abastecimento interno de produtos minerais indispensáveis ao desenvolvimento do nosso parque industrial e de que ainda somos carentes, como é o caso do cobre e níquel.

Nesse sentido, vale destacar o potencial da serra de Carajás e das regiões adjacentes na Amazônia Oriental, pelas imensas reservas de ferro, cobre, bauxita, níquel, manganês, estanho, ouro e outros minerais. O seu aproveitamento permitirá também o desbravamento de áreas para a produção rural e agroindustrial, com elevadas possibilidades de exportação.

Levantamentos oficiais indicam que o complexo Carajás pode gerar exportações anuais, a partir de seu pleno funcionamento, da ordem de US\$ 12 bilhões a US\$ 15 bilhões, com a venda de minério de ferro, minerais não-ferrosos, produtos siderúrgicos e produtos rurais e da agroindústria.

Na área do ferro, já se encontra em execução a primeira fase do projeto (infra-estrutura), que permitirá produzir 35 milhões de toneladas/a-

no de minério de alta qualidade para exportação, correspondente a US\$ 630 milhões. Ainda na década de 80, as exportações deverão alcançar 50 milhões de toneladas/ano, equivalente a cerca de US\$ 1 bilhão.

É oportuno ressaltar que esse imenso programa não constituirá um enclave na região onde será executado, como ocorre frequentemente com a exploração de minérios, mas terá ramificações e efeitos germinativos em toda uma vasta região (Amazônia Oriental), constituindo-se, talvez, um dos maiores projetos de desenvolvimento integrado do mundo.

3.3. — EXPORTAÇÕES

Relativamente às exportações, o tratamento prioritário fundamenta-se na premissa de que, dada a impossibilidade de reduzir a curto prazo e de forma substancial o montante das importações sem afetar o ritmo de crescimento da produção nacional, é através da expansão das vendas externas que se poderá compatibilizar a desejável redução dos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos com a necessidade de prosseguir com um processo de desenvolvimento em velocidade capaz de permitir a absorção do contingente de mão-de-obra que anualmente aflui ao mercado.

Para reduzir gradualmente a dependência da poupança externa e fortalecer o balanço de pagamentos, as exportações deverão expandir-se em ritmo suficiente para assegurar superávits crescentes na conta de comércio. Nesse sentido, o País desenvolve intenso esforço de promoção das vendas ao exterior, mediante a diversificação de produtos e mercados.

3.4. — ENERGIA

Quanto ao setor energético, a prioridade que lhe foi atribuída deve-se à necessidade que tem o País de equacionar soluções para reduzir, paulatinamente, ainda sua grande dependência do petróleo importado.

Nesse sentido, foram fixadas diretrizes firmes e consistentes para o seu programa energético, as quais buscam, entre outros objetivos:

- estimular a economia e conservação da energia primária importada (petróleo e carvão mineral), reajustando seus preços a nível de mercado;
- intensificar a pesquisa e a exploração de petróleo, bem como expandir as áreas abertas aos contratos de serviço com cláusula de risco;
- consolidar o Programa Nacional do Alcool;
- aumentar a capacidade de geração hidrelétrica e incorporar a geração nuclear;
- implantar programas de substituição do óleo combustível pelo carvão nacional e de substituição do óleo diesel pela mistura parcial de óleo vegetal (dendê).

QUADRO VII INVESTIMENTOS EM BENS DE CAPITAL E INSUMOS BÁSICOS						
ANO	BENS DE CAPITAL		INSUMOS BÁSICOS		TOTAL	
	Em Cr\$	Em Cr\$	Em Cr\$	Em Cr\$	Em Cr\$	Em Cr\$
1970	1.872,2	35,3	70.445,6	1.326,0	72.318,8	1.361,3
1971	2.297,8	43,3	55.722,0	1.050,4	58.019,8	1.093,7
1972	13.520,1	254,9	136.496,5	2.573,1	150.016,6	2.828,0
1973	15.636,3	311,4	136.110,6	2.710,3	151.746,9	3.021,7
1974	29.317,9	613,2	231.928,7	4.851,3	261.246,6	5.464,5
1975	35.266,8	741,0	81.100,0	1.656,9	117.366,8	2.397,9
1976	11.876,7	248,0	564.084,1	11.780,8	575.960,8	12.028,6
1977	31.420,8	668,2	153.962,8	3.274,2	185.383,6	3.942,4
1978	19.132,3	282,4	140.834,9	3.028,7	153.967,2	3.311,1
1979	8.357,6	171,4	84.392,5	1.730,4	92.750,1	1.901,8
1980	2.652,9	50,4	64.784,1	1.231,5	67.437,0	1.281,9

FONTE: CDI

No setor hidrelétrico, o País dispõe de cerca de 210 milhões de quilowatts em potencial, dos quais pouco mais de 10% se encontram aproveitados. Atualmente, estão sendo executados dois dos mais importantes projetos em todo o mundo, o de Tucuruí, na bacia Amazônica, e de Itaipu, na bacia do Prata, este em conjunto com o Paraguai. A partir de 1986/87, esses projetos estarão produzindo 15,2 milhões de quilowatts.

Quanto ao Programa Nacional do Alcool (Proálcool), os dados disponíveis indicam que, em pouco mais de quatro anos de sua execução, mais do que duplicou o número de unidades produtoras. A produção, que era de 580 milhões de litros em 1975, atingiu em 1981 mais de 4 bilhões de litros, prevendo-se que, em 1985, sua produção atinja 8 bilhões de litros, equivalente a 50,3 milhões de barris de petróleo.

Na área do carvão, o objetivo básico do governo é substituir o óleo combustível em vários setores, especialmente nos de cimento, cerâmica e siderurgia, indústrias responsáveis por cerca de 40% do consumo total desse produto.

3.5. — CONTROLE DA INFLAÇÃO E AJUSTAMENTO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

A utilização adequada dos instrumentos de política econômica constitui o ponto mais importante para viabilização da atual estratégia econômica.

Assim, de par com as políticas adotadas para estimular e assegurar o desenvolvimento de setores altamente prioritários para a economia nacional, o atual governo vem implementando medidas austeras

QUADRO IX PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ALCOOL			
A NO	ANIDRO	HIDRATADO	TOTAL
1970	233.038	392.311	625.349
1971	394.479	230.267	624.746
1972	399.324	284.649	683.973
1973	319.705	333.107	652.812
1974	215.129	399.809	614.938
1975	220.340	359.790	580.130
1976	272.352	369.803	642.155
1977	1.087.924	299.730	1.387.654
1978	1.959.862	399.213	2.359.075
1979	2.836.177	600.737	3.436.914
1980	2.219.366	1.526.224	3.745.590
1981	1.347.814	2.863.530	4.211.344

FONTE: I.A.A.

de políticas fiscal e monetária, com vistas a compatibilizar o crescimento da procura agregada com os objetivos de reduzir a infl

Brasil Inflação e dívida externa, duas...

con 213

(Continuação da página anterior)

Do ponto de vista fiscal, as medidas adotadas estão orientadas, firmemente, no sentido de conter os gastos do governo, com vistas à geração de excedentes para financiar as atividades prioritárias (agricultura, energia e exportações), reduzindo-se, com isso, as pressões provocadas pela utilização de recursos inflacionários.

Assim, tem-se procurado harmonizar, na elaboração do orçamento fiscal, as despesas e os investimentos com a necessidade de assegurar a continuidade das programações em andamento, de conformidade com uma escala de prioridade, e a realização de novos investimentos somente nos casos de justificada oportunidade, conveniência e possibilidade de financiamento.

No que se refere à política monetária, o governo vem atuando no sentido de aumentar a eficácia das operações de mercado aberto como instrumento de controle de liquidez e reduzir o volume dos subsídios creditícios concedidos de forma inflacionária, através dos empréstimos e refinanciamentos das autoridades monetárias. Além disso, estabeleceu-se o controle quantitativo dos empréstimos do sistema a bancário, exceto para operações com recursos externos ou repassadas pelas instituições financeiras oficiais, e liberou-se as taxas de juros.

A consequência natural e imediata dessas medidas foi a elevação da taxa de juros, que passou a funcionar como mecanismo nivelador das novas condições de oferta e procura de recursos, afastando, portanto, o principal fator limitante para que o Banco Central pudesse exercer uma política mais agressiva de colocação de títulos do Tesouro Nacional.

Por outro lado, a elevação das taxas de juros induziu a tomada de empréstimos no exterior, em volume compatível com as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos.

Quanto à redução dos subsídios creditícios, a estratégia consiste em aproximar gradualmente as taxas de juros de programas subsidiados (agricultura, energia e exportações) às taxas de mercado, simultaneamente com a utilização de recursos previamente alocados no orçamento fiscal e estímulos ao engajamento dos bancos comerciais privados no financiamento desses setores prioritários.

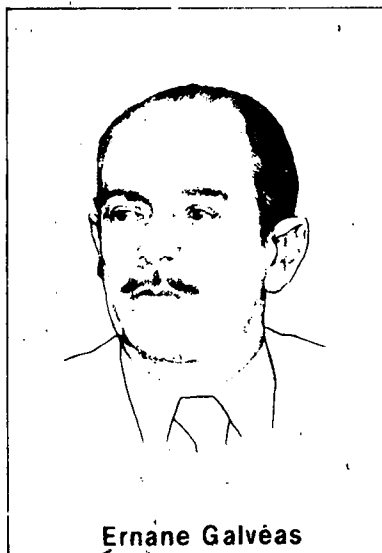
3.5.2 — ESTRATÉGIA DE AJUSTAMENTO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

A viabilização do balanço de pagamentos é condição indispensável à continuidade do processo de desenvolvimento do País.

O governo tem procurado, através da adequada utilização das políticas cambial, monetária e fiscal, conciliar os objetivos de estimular as exportações e controlar as importações, sem prejudicar a estratégia de combate à inflação, nem o ingresso de recursos necessários para o financiamento do déficit em transações correntes e de manutenção de nível razoável de reservas internacionais.

A política cambial, através de um maior realismo das minidesvalorizações do cruzeiro, conferiu maior competitividade às exportações.

A política monetária, ao conter o



Ernane Galvêas

crescimento da demanda agregada, vem sendo também um importante instrumento de ajuste, por favorecer a redução das importações e de formação de excedentes exportáveis.

Além disso, a liberação das taxas de juros, o controle quantitativo do crédito interno e a elevação do imposto incidente sobre as operações financeiras, internas constituem atualmente medidas de fundamental importância para estimular a contratação de empréstimos no exterior no montante necessário ao financiamento do balanço de pagamentos.

Por outro lado, eliminou-se grande parte dos incentivos fiscais às importações de bens de capital, atribuindo-se às tarifas aduaneiras papel mais importante ao controle das compras externas, simplificando-se, com isso, uma série de procedimentos burocráticos.

3.6 — RESULTADOS

No que se refere à política de combate à inflação, as medidas adotadas já começam a surtir os efeitos almejados.

Em 1981 foi possível manter o crescimento dos grandes agregados da política monetária em ritmo compatível com os objetivos traçados. Com efeito, a firme execução de uma política de contenção monetária e creditícia permitiu que o crédito do sistema bancário evoluísse em nível inferior ao registrado no índice geral de preços. Por seu turno, o incremento dos meios de pagamento (M1) situou-se substancialmente abaixo do observado nos empréstimos do sistema bancário.

Como resultado, em grande parte, desse comportamento da oferta de moeda e crédito, o processo inflacionário começou a ceder já em maio de 1981. A partir daí, iniciou-se uma queda sistemática do Índice Geral de Preços medido em período de doze meses, reduzindo-se de 120,6% em abril para 95,2% em dezembro, com um ritmo de 80% nos últimos sete meses, o que significa uma recuperação de 40 pontos percentuais.

Relativamente à balança comercial, ressalte-se o fato de que, com a estratégia posta em prática, obteve-se um superávit de US\$ 1,2 bilhão em 1981, contra um déficit superior a US\$ 2,8 bilhões em 1980, ou seja, em apenas um ano, registrou-se uma melhoria de mais de US\$ 4 bilhões. O déficit em transações correntes do

balanço de pagamentos caiu de US\$ 12,9 bilhões para US\$ 10,6 bilhões, alcançando-se, com isso, outro objetivo da estratégia econômica, qual seja, o de reduzir a participação da poupança externa na economia a níveis mais próximos da experiência brasileira (em torno de 2 a 3%). Com os resultados de 1981, essa relação passa a ser de 4%, ante 5% em 1980.

Importa destacar que esses resultados foram alcançados a despeito de um quadro desfavorável na economia mundial, traduzido por pronunciada fase recessiva; recrudescimento das práticas protecionistas; elevação das taxas de juros; acentuada valorização do dólar norte-americano em relação às principais moedas europeias (provocando encarecimento de 20 a 25% de nossas exportações para os países da Comunidade Econômica Europeia,

nosso principal parceiro comercial); e queda dos preços do café e do açúcar, o que afetou de modo negativo nossa pauta de exportação, com perdas estimadas em torno de US\$ 1,5 bilhão.

Com referência à dívida externa, sua evolução comportou-se dentro dos parâmetros esperados, pois a relação dívida líquida/exportações manteve a tendência declinante observada a partir de 1980, comparativamente a 1979, ano em que houve sensível incremento desse coeficiente em decorrência do início do segundo choque do petróleo.

No entanto, o coeficiente serviço da dívida/exportações aumentou em relação a 1980 — devido ao comportamento atípico das taxas de juros no mercado internacional, especialmente da "prime-rate" —, não refletindo, portanto, uma tendência de agravamento da situação.

QUADRO X
INDICADORES DA DÍVIDA EXTERNA

Em US\$ Milhões

ANO	DÍVIDA BRUTA	RESERVAS INTERNACIONAIS	DÍVIDA LÍQUIDA	COEFICIENTES	
				DÍVIDA LÍQUIDA EXPORTAÇÃO	SERVIÇO DA DÍVIDA EXPORTAÇÃO
1970	5.295,2	1.186,7	4.108,5	1,50	0,33
1971	6.621,6	1.722,9	4.898,7	1,69	0,40
1972	9.521,0	4.183,2	5.337,8	1,34	0,39
1973	12.571,5	6.415,8	6.155,7	0,99	0,35
1974	17.165,7	5.269,1	11.896,6	1,50	0,32
1975	21.171,4	4.040,5	17.130,9	1,98	0,42
1976	25.985,4	6.543,9	19.441,5	1,92	0,47
1977	32.037,2	7.256,1	24.781,1	2,04	0,51
1978	43.510,7	11.895,1	31.615,6	2,50	0,63
1979	49.904,2	9.688,7	40.215,5	2,64	0,69
1980	53.847,0	6.912,6	46.934,4	2,33	0,56
1981	61.400,0	7.505,0	53.900,0	2,31	0,70
1982 (*)	65.000,0	7.500,0	57.500,0	2,05	0,60

FONTE: Bacen e Cacex.

(*) — Projeção.

No campo energético, continuamos o esforço de racionalização do uso de combustível importado, expandimos os programas de produção de fontes alternativas — álcool e carvão — e aumentamos a produção nacional de petróleo, cuja média passou a atingir 240 mil barris/dia em 1981, diante de 185 mil em 1980.

As importações, por seu turno, caíram de uma média de 900 mil barris diários em 1980 para 830 mil em 1981, cerca de 8% a menos, incluindo o petróleo destinado à reexportação que, em 1981, já representou um faturamento de US\$ 1,3 bilhão (94 mil b/d).

4. PERSPECTIVAS PARA 1982

Em 1982, manter-se-á a linha básica da atual política econômica, que busca a gradativa mas contínua desaceleração do processo inflacionário, o ajustamento das contas externas do País, a redução da dependência externa de energia e o esforço de adaptação de nossa economia ao novo quadro mundial.

Não obstante os desafios impostos ainda por uma conjuntura internacional adversa, a continuidade das políticas fiscal e monetária, juntamente com o maior realismo cambial, deverá ampliar os ganhos obtidos em 1981 em termos de controle da inflação e fortalecimento do balanço de pagamentos.

Como resultado dessa estratégia, a inflação deverá continuar em declínio, podendo encerrar o ano em nível próximo a 70%.

No setor externo, está previsto superávit de US\$ 3 bilhões na balança

comercial, com as exportações atingindo US\$ 28 bilhões, um crescimento de 19,1%, compatível com a experiência recente do comércio exterior no Brasil.

Em consequência da performance esperada para a balança comercial e das expectativas de queda de juros no mercado internacional, as necessidades de recursos externos para 1982 incluem a previsão de US\$ 1,9 bilhão de capital de risco, US\$ 1,8 bilhão de supplier's credit e organismos internacionais, além de US\$ 13,6 bilhões de empréstimos em moeda (queda de cerca de 10% em relação aos níveis de 1981), que, excluído o roll-over das amortizações, significam uma necessidade de recursos adicionais de apenas US\$ 3,6 bilhões, diante US\$ 6,8 bilhões no ano passado.

No campo energético, estamos caminhando para uma produção interna diária de 280 mil barris de petróleo, o que, conjugado com o esperado aumento da produção de álcool e carvão e com a continuidade dos programas de racionalização do uso de combustíveis, deverá reduzir novamente as necessidades de importação, que poderão alcançar níveis de 800 mil barris/dia em 1982, inclusive o produto destinado a reexportação sob a forma de derivados.

Esse conjunto de medidas e resultados deverá assegurar uma retomada da taxa tradicional de crescimento, com uma reativação no setor industrial compatível com o desejado superávit na balança comercial e com o programa de estabilização monetária em andamento.